



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Classes, Desigualdades e Políticas Públicas [ST]

MOBILIDADE SOCIAL DOS DIPLOMADOS DA UNIVERSIDADE ABERTA: PERCURSOS DE VIDA E DE TRABALHO

MAGANO, Olga

Doutorada em Sociologia; Universidade Aberta, CIES-IUL/ CEMRI-UAb; olga.magano@uab.pt

ABRANTES, Pedro

Doutorado em Sociologia; Universidade Aberta, CIES-IUL; pedro.abrantes@uab.pt

BÄCKSTROM, Bárbara

Doutorada em Saúde Internacional; Universidade Aberta, CEMRI-UAb; barbara.backtrom@uab.pt

NEVES, Cláudia

Doutorada em Ciências da Educação; Universidade Aberta, LE@d, claudia.neves@uab.pt,

JACQUINET, Marc

Doutorado em Economia; Universidade Aberta, DCSG; marc.jacquinet@uab.pt

HENRIQUES, Susana

Doutorada em Sociologia; Universidade Aberta, LE@d e CIES-IUL; susana.henriques@uab.pt

Resumo

A escolaridade concluída e a atividade profissional continuam a ser duas das principais dimensões consideradas para a definição do estatuto social dos indivíduos e para os lugares de classe na estrutura social (Schnapper, 2007; Estanque, 2005). A expectativa de obter um diploma do ensino superior é um objetivo que muitos indivíduos adultos procuram concretizar.

Através de um inquérito por questionário aplicado aos licenciados da Universidade Aberta que concluíram a sua licenciatura entre 2011 e 2013 pretendemos conhecer o perfil sociográfico dos licenciados e a relação entre a obtenção da licenciatura com processos de mobilidade social ao nível da carreira profissional mas também ao percurso de vida (também ao nível das relações sociais e interpessoais, satisfação pessoal e enriquecimento cultural). O principal objetivo é aprofundar o impacto do diploma como instrumento de concretização das expectativas em termos de autoestima e de prestígio social, no sentido de “distinção” (Bourdieu, 1979). O perfil dos estudantes da Universidade Aberta diferencia-se do de outros estudantes do ensino superior, por se tratar de uma população adulta quase sempre inserida já no mercado de trabalho. Considerando os objetivos individuais para a realização da licenciatura e a sua efetiva concretização procurou-se conhecer as trajetórias sociais e perceber se existe progressão significativa na situação profissional antes e após a conclusão da licenciatura.

Abstract

The level of education and the professional activity continue to be two of the main dimensions considered for defining the social status of individuals and the social class in the social structure (Schnapper, 2007; Estanque, 2005). The expectation to obtain a higher education degree is a goal that many adults seek to achieve and leads them to enter into this learning path. Through a questionnaire applied to graduates who completed their degree between 2011 and 2013, this research intends to identify the sociographic profile of graduates and the relationship between obtaining a degree and the social mobility processes in a professional career, and as well to consider the life trajectories (also the interpersonal relations, personal satisfaction and cultural enrichment). Hence, the main objective of this research project is to deepen the extent to which the degree is understood as an instrument for achieving expectations in terms of self-esteem and social prestige, in the sense of "distinction" (Bourdieu, 1979). The profile of students of the Universidade Aberta differs from other students in other higher education institutions, because it is an adult population mostly already established in the labour market. Taking into account the individual objectives for the achievement of the degree and its effective implementation, this project aimed at recognizing the social trajectories, see if there is a progression between the professional status before and after the graduation.

Palavras-chave: Ensino superior; percursos de vida; percursos profissionais; mobilidade social
Keywords: Higher education; life paths; professional paths; social mobility

Diploma e trajetórias de mobilidade social

O nível de escolaridade concluído e a atividade profissional exercida continuam a ser duas das principais dimensões consideradas para a definição do estatuto social dos indivíduos (Schnapper, 2007; Estanque, 2005) e para os lugares de classe na estrutura social. A expectativa de obter um diploma do ensino superior é um objetivo que muitos indivíduos adultos procuram concretizar e os leva a entrar nesse percurso de aprendizagem acadêmico conciliando, a maior parte das vezes, com a vida profissional e familiar.

Em Portugal assistiu-se a uma generalização da escolaridade e de recomposição socioprofissional, sobretudo a partir da implementação do sistema democrático. Machado e Costa (1999) constataram que a progressão geral dos níveis de escolaridade entre 1960 e 1991 foi muito significativa, em que as percentagens de homens e mulheres com 20 anos ou mais que completaram o ensino secundário se multiplicaram por 4 e 8 respetivamente. Em cada década estudada por estes autores a distância entre os dois sexos foi-se encurtando até à quase paridade que existe atualmente. Progressão semelhante verificou-se com o número de estudantes que acederam ao ensino superior: em 30 anos o número de estudantes duplica. O aumento continuado das taxas de frequência dos vários graus de ensino, com a conseqüente elevação dos níveis médios de escolaridade da população, teve impactos diretos importantes em termos da recomposição socioprofissional. Este impacto faz-se sentir na idade média da entrada no mercado de trabalho, nas taxas de atividade e também no peso crescente de categorias profissionais mais qualificadas dentro da estrutura socioprofissional. Ao acréscimo dos índices de qualificações profissionais, por via da universalização do acesso ao sistema de ensino, há que adicionar também o resultado crescente do grande volume de programas de formação profissional que por iniciativa estatal ou de entidades privadas, têm vindo a cobrir too o país, envolvendo enormes contingentes quer de pessoas ineridas já há muitos anos na vida profissional quer dos que procuram um emprego (Machado e Costa, 1999).

Atualmente continuam a sentir-se os efeitos qualificantes crescentes do sistema de ensino sobre a estrutura socioprofissional mas é também neste contexto que se geram desfasamentos entre os dois sistemas, conduzindo, por exemplo, ao desemprego de licenciados. Para Estanque e Mendes (1999) o desemprego de licenciados revela os défices de modernização do tecido produtivo português. Para estes autores, as atividades empresariais e os estudos universitários funcionaram nos últimos anos como canais de produção social. A existência destas duas vias é um dos traços mais marcantes da dinâmica recente da estrutura social portuguesa mas que pode ter atingido um ponto de saturação pela não criação de novos postos de trabalho qualificados que permitam absorver os novos diplomados.

Na perspetiva de Ramos (2014), para a compreensão de trajetórias de classe e mobilidade social é essencial conhecer a desigual distribuição de recursos materiais e escolares, muito embora existam diferenças geracionais assimiláveis nos mecanismos de reprodução de desigualdade. Este autor constatou que nas famílias de quadros se observa a reprodução de classe através de trajetórias de qualificação. Nas pessoas oriundas de famílias de empresários e dirigentes a situação é diversa. Na primeira geração predominava a reprodução de condição proprietária ou dirigente na trajetória de classe. Os resultados obtidos pelo autor demonstram que as qualificações têm assumido relevância o que se relaciona com a busca de legitimação para a manutenção e exercício de posição de autoridade. Entre as posições de menos recursos também se observaram fluxos de mobilidade pela via da qualificação. Tal ocorre essencialmente entre aqueles que provêm de famílias onde predomina o trabalho executante, em casos em que existe alguma acumulação do capital escolar. De forma diferenciada, é entre os indivíduos que provêm do operariado que, com maior probabilidade, se observam trajetórias que conduzem à reprodução da situação dos pais, sobretudo no caso dos homens. Observa-se uma diferença no acesso à trajetória de maior qualificação e acesso ao emprego técnico o que vem confirmar que a uma igualdade teórica não corresponde necessariamente uma igualdade de oportunidades. Ou seja, significa que apesar dos anseios e expectativas as significativas diferenças no ponto de partida dos indivíduos, em termos de classe social, tanto em termos de recursos materiais como educacionais continuam a ser decisivas para explicar as trajetórias de classe e a mobilidade social. Neste

contexto, segundo o autor, a qualificação das mães assume particular relevância e é um elemento decisivo para as trajetórias dos filhos. Mas há também diferentes valorizações das esferas do trabalho e da escola e levar a saídas precoces da escola para ingressar no mercado de trabalho, o que pode também corresponder a necessidades objetivas das famílias no que se refere a condições materiais de existência (Ramos, 2014).

Apesar do aumento acentuado de alunos no ensino superior e de licenciados a situação portuguesa continua a ser pior do que a média da OCDE. João Ferreira de Almeida (2013b) apoiando-se em um estudo da OCDE de 2009 refere que entre os portugueses dos 25 aos 64 anos 70% não completaram o ensino secundário, contra uma média de 30% da OCDE. Mesmo para os jovens entre os 25 e os 24 anos a taxa era mais de 50% e a média da OCDE era de 20% para as mesmas categorias etárias.

Ainda segundo Almeida (2013b), nas sociedades democráticas, o princípio da igualdade de oportunidades foi pensado também por referência ao sistema educativo, e foi preciso ter em atenção resultados obtidos pelos estudantes com certas análises dirigidas ao acompanhamento de trajetórias escolares, a fim de estimular diagnósticos sobre a intensidade do insucesso e as suas causas confrontando-o com os casos em que se verifica êxito. A esse esforço analítico correspondem resultados empíricos que apontavam para a questão da equidade, a qual deveria complementar o princípio de igualdade de oportunidades (Coleman, 1966, referido por Almeida, 2013b). Muitas vezes as desigualdades na chegada traduzem-se em desigualdades nos resultados.

Uma questão que surge como relevante é que o aumento de ofertas de formação e também a sua generalização tende, de alguma forma, a banalizar os diplomas e a desvalorizar a certificação. A tendência vai no esbatimento de antigas fronteiras entre a “incultura” das massas e a “glória cultural” da elite diplomada (Passeron, 1991, citado por Almeida, 2013b).

Em Portugal o uso quotidiano do título de “Doutor” em contraste com o que se passa em outras sociedades europeias sinaliza uma forma de procura de estatuto e distinção ainda ligada à tradicional raridade de formação universitária no país (Almeida, 2013b). Também esse privilégio formal deixará de ter relevância no sistema social de classificação e distinção das pessoas, por força da sua banalização.

Pierre Bourdieu (1979) frisa a importância do título para afirmação de posições de classe e de disposições sociais. A relação entre o capital cultural da família e o capital escolar, que não se pode apenas imputar à ação do sistema escolar (e, muito menos à educação especificamente artística, claramente quase inexistente), a forte correlação que se observa entre a competência em matéria de música ou de pintura (e a prática que pressupõe e possibilita e o capital escolar. Para o autor, este capital é na maior parte das vezes o produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurado pela escola, cuja eficácia depende da importância do capital cultural diretamente herdado da família. Assim, a instituição escolar contribui para a constituição da disposição geral e transponível relativamente à cultura legítima que, adquirida a propósito de saberes e práticas reconhecidas pela escola, tem de aplicar-se para além dos limites do “escolar” assumindo a forma de uma propensão “desinteressada” para acumular experiência e conhecimentos que podem não ser diretamente rentáveis no mercado escolar. A imposição de títulos escolares tem um efeito de atribuição estatutária e, na perspectiva de Bourdieu, este efeito verifica-se em todas as fases do percurso escolar através da manipulação das aspirações e exigências ou de imagens e da autoestima operada pelo sistema escolar, orientando os alunos para cargos prestigiosos ou desvalorizados. Ou seja, as diferenciações oficiais produzidas pelas classificações escolares tendem a reproduzir (ou a reforçar) diferenças reais, que produzem nos indivíduos classificados a crença, coletivamente reconhecida e defendida nas diferenças e produzindo assim as condutas distintas a aproximar o ser real do ser oficial (Bourdieu, 1979).

O facto é a que a mobilidade geracional ascendente tem tido a escola como fator decisivo para essa mobilidade (OCDE, 2011 referido por Almeida, 2013b). Na situação portuguesa, os níveis de mobilidade são baixos e a desvalorização do diploma surge ligada à massificação do ensino a que se assistiu. Contudo, a expansão do ensino superior e de formação não tem correspondido em igual medida ao crescimento de oferta

de emprego qualificado – o resultado é o desemprego ou a aceitação de trabalho com exigência de qualificação inferior à disponível e eventual desânimo e o contágio desse desânimo às novas gerações (Almeida, 2013b). Assiste-se a um desfasamento entre a oferta e a procura de trabalho qualificado (um fenómeno designado de sobrequalificação) e atualmente questiona-se se não haverá um excesso de expectativas em torno da escola que muitas vezes acabam por não se concretizarem.

No entanto, apesar das várias observações que se possam fazer a educação é, sem dúvida, o maior fator para determinar quem é “móvel” ou “imóvel” na sociedade (Goldthorpe, 2016). Na perspectiva de Goldthorpe é necessário fazer a triangulação de três eixos: as origens sociais, a educação e os destinos, sendo que o declínio das classes é um fenómeno frequente nas sociedades modernas pós-industriais.

Na perspectiva de Cabral (1998) a abertura do sistema escolar, conjugada com a modernização económica e tecnológica parece ter sido o fator mais importante para a significativa mobilidade social observada. As atitudes perante o trabalho são afetadas pela posição de classe. Nas classes mais altas é muito superior o valor atribuído à realização profissional em comparação com a remuneração. O mesmo se pode dizer da dimensão da realização profissional que é o facto de a ocupação dos inquiridos ser “aquilo que sempre desejou fazer” ou, em alternativa, “o melhor que conseguiu arranjar” (Cabral, 1998: 403).

Estanque e Mendes (1999) referem-se às expectativas de mobilidades como efeitos simbólicos dos movimentos ascendentes e descendentes dos agentes e que passa pela necessidade de caracterização dos estudantes com base na classe de pertença centrada na análise da família. A classe de pertença tem um papel crucial para a manutenção das posições sociais dos detentores do capital económico e escolaridade cultural. Para estes autores, há uma relativa indistinção conceptual entre mobilidade escolar e mobilidade social. Recorrendo a Sérgio Grácio, estes autores referem que se assistiu a uma deslocação para cima na estrutura social com a massificação social, assistiu-se a uma desvalorização do diploma, ou seja, para os mesmos lugares na estrutura social, sobretudo os mais valorizados socialmente são necessárias mais qualificações. As distâncias relativas entre as classes sociais no acesso nas oportunidades escolares e nas oportunidades de emprego mantêm-se podendo falar-se de uma forte mobilidade estrutural e absoluta mas não de taxas de mobilidades social relativa elevada. Este autor (Grácio) refere uma certa “procura desencantada de graus escolares” (Grácio, 1986 referido por Estanque e Mendes, 1999: 188) e de manutenção de relativa das distinções sociais.

Pierre Bourdieu enriquece a análise com o enfoque da análise da trajetória social conceito que liga a posição atual na estrutura social com a origem social (familiar) e que caracteriza as disposições e práticas assimiladas através da socialização, das condições originárias de existência e também do percurso percorrido (Ramos, 2014).

Assim, compreender as trajetórias implica desenvolver um enfoque específico sobre a evolução histórica do posicionamento dos indivíduos dando atenção à posição que ocupam no espaço social e à sua origem social, pela importância que o domínio familiar desempenha tanto na transmissão de recursos na formação de disposições, expectativas, ambições etc. (Martagner, 2007 referido por Ramos, 2014).

É este enfoque e este enquadramento que pretendemos convocar para a análise das trajetórias sociais dos diplomados da Universidade Aberta e para a valorização do diploma e impacto que proporciona nas posições sociais e na mobilidade profissional e social.

Metodologia

Esta apresentação enquadra-se no projeto “Ensino Virtual, Impactos Reais: Os Percursos Profissionais e de Vida dos Estudantes da Universidade Aberta”¹. Neste estudo procurou-se abranger o número máximo de estudantes e constituir uma base estatística com algumas variáveis sociodemográficas dos diplomados da Universidade Aberta. Optou-se numa primeira fase por uma técnica de recolha de dados quantitativa (inquérito por questionário) e numa segunda fase (ainda em curso) pela realização de entrevistas em

profundidade a uma amostra diversificada de ex-estudantes, de acordo com a licenciatura concluída e em várias regiões do país.

O inquérito inclui várias dimensões com diferentes tipos de questões (abertas e fechadas): i) o perfil dos licenciados, incluindo origens sociais, área de residência e percurso educativo e profissional anteriores à realização do curso; ii) o percurso na Universidade Aberta, incluindo os curso e *minor* frequentado, os motivos e modalidades de ingresso, a duração da sua realização, a situação profissional ao longo do curso e as condições de estudo; iii) o balanço de competências e relações, incluindo as representações dos inquiridos acerca das competências desenvolvidas e as relações construídas na licenciatura; iv) o impacto percebido da licenciatura, não apenas nas condições e trajetórias laborais, mas também na vida familiar, cultural e cívica e v) os projetos de futuro, incluindo necessidades e interesses de formação superior e ao longo da vida.

A primeira fase deste projeto decorreu entre Janeiro 2015 a Dezembro 2016. A construção do pré-teste e a sua aplicação decorreu entre março e Maio de 2015. Entre julho e outubro de 2015 foi aplicado o questionário online aos ex-alunos que se licenciaram nos anos de 2011, 2012 e 2013. O universo de diplomados contactados relativos aos três anos referidos foi de 1691 e obtivemos 518 respostas, ou seja uma taxa de resposta de 31%, como se pode constatar pela tabela 1.

Licenciaturas da UAb	Licenciados	Respostas	% do curso
Ciências da Informação e da Documentação	218	70	32,1
Ciências do Ambiente	30	12	40,0
Ciências Sociais	589	181	30,7
Educação	272	77	28,3
Estudos Artísticos	38	12	31,6
Estudos Europeus	70	18	25,7
Estudos Portugueses e Lusófonos	18	8	44,4
Gestão	242	66	27,3
História	69	22	31,9
Informática	20	10	50,0
Línguas Aplicadas	29	12	41,4
Línguas, Literaturas e Culturas	89	27	30,3
Matemática e Aplicações	7	3	42,9
Totais	1691	518	30,6

Tabela 1. Número total de licenciados e de respostas válidas ao questionário, segundo a licenciatura

Perfil sociodemográfico dos diplomados da UAb

No que se refere às variáveis de caracterização sociodemográfica, quanto à distribuição por género constata-se um equilíbrio entre os estudantes de ambos os géneros, com tendência para maior expressão das mulheres nas classes etárias mais jovens (com menos de 50 anos) e os homens a sobressair nas classes etárias mais elevadas (50 anos e mais). As mulheres representam mais de metade da amostra (58,3%), numa proporção que se assemelha muito ao que é verificado nos últimos anos ao nível do ensino superior em geral, com a crescente feminização do ensino superior. De acordo com a Pordata, em 2015 havia 104.255 alunos matriculados pela 1.^a vez no ensino superior, dos quais 45.900 eram do sexo masculino e 58.355 do sexo feminino. Esta tendência apenas é invertida em algumas áreas de formação (de acordo com a Pordata, em 2015, 47,8% dos alunos dos cursos de Ciências, Matemática e informática e 26,2% dos alunos de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção eram mulheres). Olhando para a distribuição de género por licenciaturas na Universidade Aberta, nos cursos com mais estudantes é em Gestão e História onde encontramos mais estudantes do sexo masculino.

Tentando aferir o nível de escolaridade dos licenciados da UAb no momento de ingresso verificou-se que 73% detinha o ensino secundário completo. Curioso é verificar que, em segundo lugar, mas com 15,5 % de respostas, destacam-se os estudantes que detinham um nível de escolaridade correspondente ao ensino superior (bacharelato ou outra licenciatura). Um número reduzido, mas ainda assim significativo (quase 10%), obteve a certificação de ensino secundário através do programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

É interessante verificar que 46% dos indivíduos responderam já ter tido alguma experiência anterior no ensino superior e 54% nunca tinha frequentado o ensino superior antes de realizar a licenciatura na Universidade Aberta. Dos que já tinham experiência no ensino superior, 28,5 % já tinha iniciado uma licenciatura/bacharelato noutra instituição, mas sem ter concluído e apenas 5,6% já era licenciado/a por outra instituição (4,9%) ou pela Universidade Aberta (0,6%), sendo esta a segunda licenciatura. Estes dados de alguma forma contrariam a ideia de que muitos destes estudantes ingressariam no ensino superior com baixos níveis de escolaridade, através de provas ad-hoc (Almeida, Quintas e Gonçalves, 2016).

Outro aspeto muito importante no perfil dos graduados da Universidade Aberta é a atividade profissional que os estudantes desenvolviam antes do ingresso. Sendo uma variável de resposta aberta no inquérito, foram demasiadas as atividades e categorias profissionais descritas. Quando analisamos a situação laboral durante a licenciatura, torna-se evidente que a grande maioria dos diplomados da Universidade Aberta trabalhava a tempo inteiro, enquanto realizou os seus estudos de licenciatura. A situação de trabalho a tempo parcial, ainda que com pouca expressão em Portugal, é a segunda condição mais comum. Menos de 5% dos estudantes não estava a trabalhar quando realizou a maior parte da licenciatura, sendo que entre estes, alguns estavam à procura de trabalho ou a cuidar de familiares dependentes. Analisando os grupos de atividade profissional ou categoria profissional, a maior parte respondeu que antes de ingressar na licenciatura desempenhava funções de assistente técnico (15,9%), administrativo (8,1%), no ensino/ formação (6,1%), nas forças policiais (4,7 %) e em atividades como secretariado (4,7%) e bibliotecas (4,2%). Pela leitura dos dados podemos constatar que a atividade profissional desempenhada pelos diplomados está, de algum modo, relacionada com a escolha da licenciatura, normalmente, há uma procura de enriquecimento de formação na área de atividade desempenhada (por exemplo 18 respondentes eram bibliotecários quando escolheram a licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação, ou seja, houve uma intenção deliberada de aumentar os conhecimentos e competências na área de trabalho).

Quanto à situação na profissão, no período em que iniciaram os estudos na Universidade Aberta, é clara a predominância da situação na profissão de empregado por conta de outrem (92%), sobretudo na administração pública (56%).

Olhando para a escolaridade dos progenitores, no seu conjunto, mais de metade (53% dos pais e 61,3% das mães) dos licenciados da Universidade Aberta tem progenitores com escolaridade até ao nível do 1º ciclo do ensino básico. Há mais mães com o 2º ciclo do ensino básico do que pais (15,2% das mães e 13,5% dos pais), mas há mais pais com o ensino secundário (22,6% dos pais e 16,1% das mães). Como podemos constatar trata-se de conjunto de estudantes cujos progenitores têm níveis baixos de escolaridade (grande concentração ao nível de quatro anos de escolaridade) em que são quase residuais os casos de ensino superior. Portanto, no que se refere a esta dimensão, quase sempre o diploma obtido por parte do estudante da UAb significa um aumento significativo de escolaridade perante a família.

No que toca à escolaridade dos irmãos, apesar da percentagem cumulativa superior a 50% ir até ao ensino secundário (11º ou 12º anos), a escolaridade concentra-se no ensino superior (42,6%) e secundário (31%). O mesmo acontece no que diz respeito ao cônjuge: a escolaridade concentra-se no ensino superior e ensino secundário, apesar de a percentagem cumulativa de 52% ir até ao ensino secundário. Relativamente aos filhos dos diplomados da UAb, estes estão espalhados por todos os níveis de escolaridade, o que é normal tendo os indivíduos filhos de diferentes idades. No entanto, onde se observam mais casos é no ensino superior (36,9 %) o que pode ser devido à média de idades dos estudantes da UAb.

Em termos de ocupação profissional dos pais, nota-se que esta está distribuída em todas as categorias. Pode-se concluir que é bastante heterogénea. Encontram-se em maior número os operários industriais, empregados dos serviços e profissional qualificado ou técnico superior. No caso das mães predomina a ocupação "trabalhador rural, servente das obras ou empregada doméstica". Relativamente ao cônjuge há uma clara predominância de profissionais qualificados ou técnicos superiores.

Quanto aos locais de residência, não obstante a potencialidade da Universidade Aberta poder estender-se a qualquer lugar em Portugal e no mundo constata-se que a maior concentração se verifica nas duas áreas metropolitanas com muita relevância para a Área Metropolitana de Lisboa em que esse valor é de cerca de 40%. Este resultado não deixa de ser curioso se atendermos a que nas áreas metropolitanas existe uma maior concentração de universidades de ensino presencial, devendo aqui, salientar-se a flexibilidade de gestão de estudo permitido pelo modelo pedagógico da Universidade Aberta (ensino online) o que permite a um público adulto conciliar o seu desempenho profissional e as tarefas domésticas e familiares. Aliás, este motivo surge como o mais indicado para o ingresso na Universidade Aberta atribuída pela generalidade dos diplomados à possibilidade de estudar com flexibilidade, autonomia e sem realizar deslocações. Mas também são muito referenciados motivos como a busca por uma posição/condição laboral favorável e uma profissão interessante, sendo valorizados por uma proporção expressiva, estão longe de explicar o ingresso de todos os diplomados, o que nos remete para a concretização de expectativas e de satisfação pessoal em termos de competências científicas, sociais e culturais. É interessante observar que a procura por uma posição/condição laboral favorável é um fator que assume diferentes valorizações de acordo com a idade e com o tipo de curso escolhido. A procura de uma melhor condição no trabalho é muito valorizada por aqueles que entraram na licenciatura numa idade mais jovem, mas decresce de forma significativa nas gerações mais velhas. É também bastante valorizado pelos licenciados de Ciências da Informação e da Documentação e, curiosamente, mais pelas mulheres do que pelos homens, havendo aqui uma diferenciação de género. Entre os diplomados que ingressaram na licenciatura numa idade mais adiantada, sobretudo no curso de ciências sociais, este fator é pouco significativo, mas, ao invés, torna-se particularmente importante o objetivo de aprofundar conhecimentos e cultura sendo notória a diferenciação de objetivos para a frequência das licenciaturas de acordo com a idade dos diplomados.

Esta especificidade dos estudantes da Universidade Aberta é reforçada pelos comentários deixados por muitos licenciados na pergunta aberta de balanço da experiência na Universidade Aberta, em que foram frequentes afirmações como a seguinte: "A minha licenciatura só foi possível através do ensino à distância". Confirma-se de certo modo a ideia de que sem a Universidade Aberta, muitos alunos, com condições profissionais, pessoais ou geográficas particulares, não teriam realizado um curso superior. O adjetivo mais recorrente nas respostas abertas sobre a experiência de estudar na UAb é "gratificante".

Acresce que apenas cerca de 60% dos estudantes dispõem do estatuto de trabalhador-estudante, o que lhes permite alguns benefícios, como o facto de estar autorizado a faltar alguns dias por ano para a preparação e realização de provas. Certamente para a explicação deste hiato se encontrarão motivos crescentes relativos a precariedade crescente das relações laborais. Além de não trazer vantagens aos trabalhadores independentes, mesmo no caso dos contratados, sobretudo a tempo certo, o receio de solicitar um estatuto que, não podendo ser negado pela entidade patronal, pode ser mal aceites pelos superiores hierárquicos e gerar mecanismos de discriminação ou até exclusão, constituirá um fator dissuasor para alguns estudantes.

As motivações para o ingresso no ensino superior não são meramente economicistas e não se limitam a uma procura exclusiva de qualificação dos trabalhadores para atividades laborais (Alves, Alves e Chaves, 2012; Almeida, 2013a). A este nível podemos observar duas tendências por parte dos estudantes da UAb: para os que têm menos de 40 anos há uma procura objetiva de melhorar as condições de trabalho. Para outros estudantes, sobretudo mais velhos, o objetivo é sobretudo aprofundar conhecimentos e cultura

À semelhança do que acontece com outros diplomados, a obtenção do título contribuiu para elevar a autoestima e também para melhorar a vida social, cultural e política. Também na UAb os estudantes revelam

satisfação com o curso realizado e com a aquisição de competências nomeadamente capacidade de análise/síntese, autonomia, cultura geral e sentido crítico, mas sendo menos positivos relativamente à preparação efetiva para o mercado laboral, tal como tem sido observado noutras instituições do ensino superior (Alves, Alves e Chaves, 2012; Gonçalves e Menezes, 2014).

Mobilidade social e profissional

Como tivemos oportunidade de referir no primeiro ponto deste texto, a obtenção de um título de licenciatura no sentido de promover a inserção profissional equivalente à qualificação tem sido uma questão muito discutida no espaço público e tem motivado uma série de estudos em que se integra o nosso projeto. No entanto, pela especificidade dos estudantes da Universidade Aberta e do próprio modelo pedagógico da Universidade e pelo facto de a quase totalidade dos seus estudantes são adultos e trabalhadores, a questão da transição para o mercado laboral tem que ser entendida desde uma perspetiva mais lata, explorando os impactos da licenciatura nos percursos laborais (e de vida), o que torna também mais complexa a comparação com os estudos realizados noutras universidades.

A situação laboral dos licenciados da Universidade Aberta após 2-3 anos a conclusão do curso, permite observar que a larga maioria (82%) está empregado, sendo que 68% tem um contrato sem termo, 8% tem um contrato temporário e 6% é trabalhador independente. A proporção daqueles que se declararam desempregados foi apenas de 5%, não variando muito entre licenciaturas. Não obstante as características peculiares destes estudantes, podemos conferir que estes resultados vão de encontro ao defendido por Chaves, Morais e Nunes (2009), segundo os quais as ideias catastrofistas sobre o desemprego dos licenciados têm pouca sustentabilidade, perante uma situação de inserção da larga maioria dos licenciados, passados 6 meses de concluir o curso. No caso da UAb a percentagem de trabalhadores efetivos é bastante superior, uma vez que se tem observado uma precarização do emprego de uma grande parte dos recém-licenciados noutras instituições (Alves, 2005; Ramos, Parente e Santos, 2014).

Claro que estes resultados têm de ser analisados com algum cuidado pelo facto de 90% dos diplomados da UAb se encontrarem já empregados à data do ingresso, a maioria com contratos sem termo na administração pública, o que não acontece nas restantes instituições. Aliás, se compararmos a situação perante o trabalho à época do ingresso e após a conclusão da licenciatura é até possível verificar-se uma ligeira degradação da situação e tendência para estabilidade de rendimentos o que não pode ser descontextualizado do período de crise económica vivida em Portugal desde 2010 e a degradação crescente das condições laborais. No caso específico dos estudantes que são trabalhadores da administração pública (a maior parte) não podemos esquecer que nesse período houve uma redução significativa do número de efetivos e um congelamento das carreiras, o que frustrou muitas expectativas de progressão profissional.

Questionados sobre a mudança de emprego, de categoria ou de atividade laboral entre o início e o momento da aplicação do inquérito apenas 33% dos inquiridos responderam afirmativamente. A larga maioria destes (72%) aponta as competências desenvolvidas na licenciatura como fator importante para esta mobilidade. Por seu lado, 7% indica que criou o seu próprio negócio, neste período. Além disso, cerca de 40% dos licenciados afirma ter melhorado a sua posição e/ou as suas condições laborais, 26% dentro da organização em que já trabalhava, 9% noutra organização e 4% por conta própria. Outro indicador significativo observado é que 30% dos respondentes afirmou que a licenciatura é fundamental para a atividade laboral que desempenham atualmente e outros 38% considerou-a útil o que aponta para a continuidade da sua valorização em termos de oportunidade de melhorar as condições de trabalho.

Tendo em conta as respostas positivas sobre a mudança de emprego, de categoria ou de atividade laboral após a obtenção do diploma, e mobilizando o conceito de mobilidade socioprofissional ascendente, enquanto deslocação para um lugar de classe mais favorecido desde o início da licenciatura ao momento atual, podemos observar que esta situação caracteriza cerca de 22% dos licenciados da Universidade Aberta,

destacando-se o aumento acentuado dos profissionais intelectuais e científicos (de 13% para 23%), em contraste com a redução dos trabalhadores em segmentos desqualificados do mercado laboral (55% para 33%). Para além da mudança efetiva de posição profissional importa notar também que existe subjacente ao conceito de mobilidade social correlação forte com a valorização atribuída pelos próprios à melhoria das condições laborais enquanto motivo para o ingresso na licenciatura. Dada a referida degradação dos empregos públicos, não deixa, contudo, de ser surpreendente que a mobilidade social ascendente tenha ocorrido mais frequentemente no quadro da administração pública (23%) do que no sector privado (18%), ainda que tenha ocorrido, sobretudo, entre os (poucos) trabalhadores do 3º sector (46%).

Por seu lado, atendendo aos estudos que têm observado que a inserção laboral qualificada dos diplomados tende a ser dificultada, no caso das mulheres (Costa e Dominginhos, 2013) e daqueles que são provenientes de contextos sociais desfavorecidos (Ramos, Parente e Santos, 2014), no caso da Universidade Aberta, não foi visível um relevante impacto do sexo e da origem social nas possibilidades de mobilidade social o que se pode talvez explicar mais uma vez pela situação na profissão no ingresso e também pelas profissões desempenhadas na função pública.

No que se refere às áreas académicas é possível assinalar algumas diferenças de inserção. A mobilidade profissional associada à licenciatura é mais intensa nas áreas de Ambiente, Ciências Sociais, Gestão, Línguas Aplicadas, Informática e Matemática (acima de 40%), sendo menos comum entre os licenciados em Educação, Ciências da Informação e Documentação, História ou Línguas, Literaturas e Culturas. Por seu lado, a criação de negócios é uma situação mais comum entre os licenciados de Gestão (18%) e de Línguas, Literaturas e Culturas (20%).

Mesmo entre os inquiridos que não viveram ainda qualquer mudança de categoria profissional, organização ou condições laborais uma parte relevante declara exercer atualmente uma atividade profissional mais gratificante, segmento particularmente elevado em Ciências da Informação e Documentação, o que poderá remeter para uma melhoria de estatuto, das funções e/ou de apreciação subjetiva, mesmo que esta não tenha sido acompanhada por uma progressão objetiva, tendo em conta o referido processo de congelamento e precarização das carreiras. Ainda que a estabilidade laboral se mantenha, entre esta população, permanece a expectativa de um reconhecimento e uma (possível) promoção interna.

	Todos as licenciaturas da Uab (antes do curso e agora)
Dirigentes	2% - 3%
Profissões Intelectuais e Científicas	13% - 23%
Técnicos Profissionais Intermédios	30% - 29%
Categorias pouco qualificadas	55% - 33%
Tx. mobilidade social ascendente	22%

Tabela n.º 2 Categorias profissionais desempenhadas antes e depois da licenciatura

Contudo, a obtenção do diploma por si só não garante uma requalificação profissional ou a inserção no mercado de trabalho compatível com essa qualificação. Assiste-se a desigualdades em termos de oportunidades em relação a outros licenciados de Universidades presenciais, como é por exemplo, observado em Lisboa (OPEST-UL, 2012) ou no Porto (Gonçalves e Menezes, 2014).

As desigualdades vividas pelos estudantes, pelas suas trajetórias marcadas pela entrada no ensino superior numa fase mais tardia da vida não desaparecem com a obtenção do diploma (Almeida, Quintas e Gonçalves, 2016). De facto, as desigualdades que atingem os estudantes adultos e trabalhadores não cessam com a sua participação no ensino superior, observando-se dificuldades acrescidas na busca por uma inserção mais qualificada no mundo do trabalho, em consequência de limitações na busca de emprego, menor disponibilidade para uma inserção (inicialmente) precária numa área laboral mais qualificada e, sobretudo, pela valorização da juventude como critério de seleção, remetendo para outros fatores de distinção social e académica no processo de inserção no mercado de trabalho tendo por base o “título” obtido (Bourdieu, 1979). A este propósito, não deixa de ser significativo que a média de idades daqueles que experimentaram um processo de mobilidade ascendente associado à realização da licenciatura (36 anos quando terminou o curso) é significativamente menor do que a média (39), o que aponta para um impacto progressivamente menor do curso à medida que se avança no percurso vital e laboral.

Notas finais

Entre os diplomados da UAb é possível distinguir dois tipos de perfis: 1) uma geração mais jovem que está empenhada em obter o diploma para melhorar as suas condições profissionais e 2) uma geração um pouco mais velha que tem por principal objetivo ampliar e aprofundar conhecimentos. Trata-se de uma população estudantil adulta, a trabalhar a tempo inteiro em empregos de qualificação intermédia nas áreas dos serviços (sobretudo na administração pública) e que vive maioritariamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

As principais competências laborais desenvolvidas são a autonomia, cultura geral, sentido crítico, a capacidade de análise/síntese e de resolução de problemas. É salientado também o contributo da licenciatura para a autoestima, o empoderamento e a participação cívica – como elemento de distinção (Bourdieu, 1979). Apesar de uma certa tendência para a banalização e generalização do diploma do ensino superior em Portugal a obtenção do título académico ainda é desejado e procurado, sendo muitas vezes o primeiro caso registado nas famílias dos estudantes.

A larga maioria dos diplomados já trabalhava a tempo inteiro antes do ingresso na UAb e na sua maioria com contrato sem termo. Nestas circunstâncias a procura de novo emprego (ajustado às novas qualificações) ou a mudança de categoria ou de atividade profissional não é muito relevante uma vez que isso poderia implicar recomeçar uma carreira, prescindir de uma situação estável no emprego o que não é muito atrativo atendendo às dificuldades de emprego atualmente, especialmente no caso dos diplomados. O que acontece muitas vezes é a tendência para a manutenção da situação laboral que já se tem e ficarem na expectativa de descongelamento das carreiras na administração pública que permita mobilidade profissional interna. Todavia, não obstante a difícil situação de estrangulamento económico vivido nos anos em análise houve casos de mudança e mobilidade socioprofissional em que um terço dos licenciados mudou a sua situação profissional e, na maior parte destas mudanças, as competências e habilitações adquiridas no curso revelaram-se fundamentais com uma taxa de mobilidade ascendente de 22%. Por exemplo, no caso da licenciatura em ciências sociais mais de 40% mudou de emprego ou categoria profissional (acima da média da UAb). Para esta mudança contribuíram as competências obtidas na licenciatura: mais de 80% (acima da média da UAb).

Em alguns dos casos, mesmo sem ter havido mudança de categoria profissional assume-se que a licenciatura teve um impacto positivo na sua posição/condição laboral, existindo uma proporção até um pouco maior que afirma que a licenciatura lhe permitiu desempenhar atividades laborais mais gratificantes.

Apesar da especificidade do modelo pedagógico da UAb e do perfil específico dos estudantes, os resultados obtidos em termos de satisfação com o curso e com a instituição são idênticos a resultados conhecidos para universidades de ensino presencial o que pode significar que a obtenção de um diploma de ensino superior

ainda é fortemente valorizado do ponto de vista social e também como recurso importante para ter acesso a melhores condições de trabalho, para conseguir um trabalho mais adequado às qualificações, como uma forma de assegurar maior satisfação pessoal e também profissional. Ou seja, o diploma para além da sua utilidade pragmática de permitir aumentar as qualificações e as hipóteses de mobilidade profissional continua a ser entendido como uma forma de distinção social, muito valorizado e que funciona como objetivo a atingir por parte de quem o não tem.

Referências bibliográficas

Almeida, Ana Nunes de (org.) (2013a). *Sucesso, Insucesso e Abandono na Universidade de Lisboa: Cenários e Percursos*. Lisboa: Educa.

Almeida, João Ferreira de (2013b). *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais

Alves, Mariana Gaio (2003). *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa Perspetiva Educativa: o Caso da Faculdade de Ciência e Tecnologia*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Alves, Mariana Gaio, Alves, Natália & Chaves, Miguel (2012). Inserção profissional e razões de ingresso e reingresso no ensino superior: um ponto de partida para uma temática em aberto. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, pp. 99-118.

Alves, Natália (2005). *Trajetórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1999-2003*. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa.

Almeida, António Frago de, Quintas, Helena & Gonçalves, Teresa (2016). Estudantes não-tradicionais no ensino superior: barreiras à aprendizagem e na inserção profissional. *Laplage em Revista (Sorocaba)*, vol 2, nº 4, pp. 97-111.

Bourdieu, Pierre. (1979). *La Distinction: Critique Sociale du Jugement* Paris: Les Éditions de Minuit

Cabral, M. V. (1998). Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal. *Análise social*, XXXIII (146-147(2º-3º)), 381-414.

Chaves, Miguel, Morais, César & Nunes, João Sedas (2009), Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes, *Fórum Sociológico*, 19.

Costa, Célia & Dominginhos, Pedro (2013), *Da Educação Superior para o Mercado de Trabalho: a inserção profissional dos licenciados no IPS*, Setúbal: IPS.

Estanque, Elísio. (2005). Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (71), 113-140.

Estanque, Elísio & Mendes, José Manuel (1999). Análise de classes e mobilidade social em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53. Nov. 1998/Fev.1999, pp. 173-198

Goldthorpe, John H. (2016) Social class mobility in modern Britain: changing structure, constant process. *Journal of the British Academy*, 4, 89-111. DOI 10.5871/jba/004.089

Gonçalves, Carlos & Menezes, Isabel (2014). *Diplomados (2011) da Universidade do Porto: Situação no Mercado de Trabalho em 2013*. Porto: Universidade do Porto.

Grácio, Sérgio (1997). A mobilidade social revisitada. *Sociologia , Problemas e Práticas*, 24, 45-69.

Machado, Fernando Luís & Costa, António Firmino (1998). “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”. In José M.L. Viegas & António Firmino da Costa (Eds.), *Portugal: que modernidade?* (pp. 17-44). Oeiras: Celta Editora.

OPEST-UL - Observatório dos Percursos dos Estudantes da Universidade de Lisboa (2012), *Inquérito à Empregabilidade dos Diplomados da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Reitoria da Universidade de Lisboa.

Ramos, Madalena, Parente, Cristina & Santos, Mónica (2014). Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional. *Educação e Pesquisa*, 40.2: 383-400.

Ramos, Vasco (2014). Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses. *Análise Social*, 212, XLIX (3º), pp. 626-649

Schnapper, Dominique (2007), *Qu'est-ce que l'intégration?*, Paris, Éditions Gallimard: folio actuel. Inédit.

ⁱ Projeto coordenado por Pedro Abrantes e cuja equipa de investigação é constituída por Olga Magano, Cláudia Neves, Bárbara Bäckstrom, Marc Jacquinet e Susana Henriques.